

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 1972

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa;  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni;  
2.º SECRETÁRIO — Quiêlse Crisóstomo;  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quiêlse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares  
Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTES

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

- Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTES

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTES

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélío Guimarães Sotó Malor.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## RESOLUÇÃO N.º 27/72

Data: 18 de agosto de 1.972

Súmula: Aprova o convênio celebrado em 3-12-71, entre IPASE e o IPE.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos o convênio celebrado em 3 de dezembro de 1.971, entre o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE — e o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado do Paraná — I.P.E., para prestação de assistência médica ambulatorial aos servidores federais lotados na cidade de Londrina.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 18 de agosto de 1.972.

(a) WILSON FORTES — Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 28/72

Data: 28 de agosto de 1.972

Súmula: Aprova o convênio celebrado entre o Banco Nacional da Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S.A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado entre o Banco Nacional da Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S.A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 18 de agosto de 1.972.

(a) WILSON FORTES — Presidente

## DECRETO LEGISLATIVO:

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 363/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 4.751-72, de 20 de junho de 1.972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a Blumer Bosquilia, ocupante do cargo de nível "PL-28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 28 de julho de 1.972, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 362-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, nos termos que dispõe o Art. 177, combinado com os artigos 56 e seguintes, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

## RESOLVE:

Art. 1.º — Os cargos e funções do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná adiante especificados serão exercidos, a partir de 1.º de setembro de 1972, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, atribuindo-se aos respectivos ocupantes as seguintes gratificações:

I — De cem por cento, (100%):

a — Diretor Geral

b — Diretor do Gabinete de Assistência Técnica

c — Diretor do Departamento Legislativo

d — Diretor do Departamento Administrativo

e — Diretor do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal

f — Diretor do Departamento de Divulgação Legislativa e Relação Pública

g — Chefe de Gabinete da Presidência

h — Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria

i — Chefe de Gabinete da 2.ª Secretaria

j — Consultor Jurídico

II — De noventa e cinco por cento (95%):

a — Chefe de Gabinete da Liderança da ARENA

b — Chefe de Gabinete da Liderança do Governo

c — Chefe de Gabinete do MDB

d — Chefe de Gabinete da 1.ª Vice Presidência

e — Chefe de Gabinete da 2.ª Vice Presidência

f — Chefe de Gabinete da 3.ª Secretaria

g — Chefe de Gabinete da 4.ª Secretaria

h — Chefe de Gabinete da Diretoria Geral

i — Tesoureiro Geral

j — Contador Geral

l — Tesoureiros Auxiliares

m — Chefes de Serviços Autônomos

III — De noventa por cento (90%)

a — Assessores de Gabinetes

b — Chefes de Divisão

IV — De oitenta e cinco por cento (85%)

a — Oficiais de Gabinete

b — Chefes de Seção

c — Pagador

d — Assessores de Relação Pública

e — Administrador Geral

V — De oitenta por cento (80%)

a — Auxiliar de Pagador

b — Auxiliares de Gabinete

VI — De setenta e cinco por cento (75%)

a — Motoristas de Gabinete

b — Motoristas do Serviço de Assistência Social

Parágrafo único — É facultado aos ocupantes dos cargos e funções discriminados neste Artigo, optarem pelo regime de prestação de Serviço Extraordinário, concedendo-se neste caso, a gratificação de cinquenta por cento (50%), de que trata o parágrafo 1.º do Artigo 176 da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

Artigo 2.º — Os funcionários que optarem pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos deste Decreto Legislativo, assinarão, na Divisão de Pessoal, o compromisso a que se refere o Artigo 62, da Lei n. 6.174.

Artigo 3.º — O Diretor Geral, estabelecerá, por Portaria, o horário de trabalho a ser cumprido pelos funcionários em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, obedecidas as disposições legais (Art. 61, da Lei n. 6.174).

Artigo 4.º — A despesa decorrente da execução do disposto neste Decreto Legislativo, correrá à conta da consignação 3.1.1.1. — Pessoal Civil, sub-consignação 3.1.1.1.1.08 — Gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, do Orçamento Analítico da Assembléia Legislativa do Paraná.

Artigo 5.º — Revoga-se as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro em 23 de agosto de 1972.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

### Ata do 123.ª Sessão (Extraordinária)

### Realizada em 29 de Agosto de 1972

### (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Quielse Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Basílio Zanusso e Emílio Carazzai (5).

Verifica a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 55-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 72-71, de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, na sede do Município de Cambira. Relatório da C. C. J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, às 14,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 56-72.

Levanta-se a Sessão.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

### Ata da 124.ª Sessão Ordinária

### Realizada em 29 de Agosto de 1972

### (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Basílio Zanusso e Emílio Carazzai (5).



Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

#### REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 15-72.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do inciso n. IV do § 1.º do art. 134, do Regimento Interno, requer sirva-se V. Exa. de determinar a inserção, na Ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem nesta Capital, do médico Bogdano Nestor Koblanski, destacado membro da classe médico curitibana e um dos mais entusiasmados batalhadores contra a terrível doença do câncer.

O Serviço de Combate ao Câncer do Paraná e o Hospital Erasto Gaertner, em especial, e toda a comunidade paranaense sofrem, com o passamento do extraordinário Bogdano Nestor Koblanski uma perda irreparável.

Requer, ainda, que deste requerimento seja dado conhecimento à família do ilustre morto.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1972.

(a) Nelson Buffara

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja inserto na Ata dos trabalhos desta Sessão um voto de congratulações ao Professor Herley Mehl, por sua nomeação e posse na Direção do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

2.º — seja, desta decisão, dada ciência à Universidade Federal do Paraná, na pessoa de seu Magnífico Reitor Professor Algacyr Munhoz Maeder.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1972.

(a) João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

O Magnífico Reitor Professor Algacyr Munhoz Maeder, da Universidade Federal do Paraná tem dado notável impulso à concretização da reforma universitária determinada pelo Governo Federal, colocando, por essa ação, o Paraná em lugar de singularidade no contexto do ensino superior do Brasil.

Dentro desse entendimento é que foi criado o Instituto de Ciências Humanas e que engloba cinco cursos que anteriormente eram ministrados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — Biblioteconomia, Ciências Sociais, Comunicações Sociais, Filosofia e História —, além de passar a proporcionar o ensino de disciplinas básicas aos estudantes de medicina, engenharia, odontologia, administração e agronomia. Para dirigir o Instituto de Ciências Humanas o Conselho Universitário muito acertadamente, escolheu o médico e professor Herley Mehl que dedicou-se ao magistério superior há quinze anos e que, ultimamente, exercia o cargo de Diretor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, além do de Diretor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná, sendo que, como professor, detém um currículo profissional que o credencia sobremaneira para o exercício do difícil cargo no qual acaba de ser empossado.

Entendo que o representante do Povo nesta Assembléia Legislativa deve estar atento a toda a dinâmica que informe o desenvolvimento comunitário, sendo primordial, neste setor, a presença da universidade, e, por outro lado, sendo oportuno que se realce o trabalho sério e corajoso que vem sendo realizado por uma pleiade de dedicados mestres tendo a frente o Magnífico Reitor Algacyr Munhoz Maeder e com vistas à modernização da estrutura da mais antiga universidade do Brasil, tenho por certo que este pronunciamento será recebido como um incentivo deste Poder Legislativo àqueles que se dedicam ao aprimoramento do ensino superior em nosso Estado e fará, também, justiça aos méritos do Professor Herley Mehl, em quem sempre vimos um profissional dedicado e competente e que, na execução das diversas comissões que lhe tem sido atribuídas sempre se houve com honra e dignidade.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, R E Q U E R .

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública solicitando-lhe obséquio das determinações no sentido de ser efetivado policiamento preventivo para o Grupo Escolar Salesiano São Cristóvão, sito no bairro de Vila Guaiara, desta Capital, durante o período noturno das aulas.

2.º — seja, da presente decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Professor Roberto Linhares, DD. Secretário da Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1972.

(a) João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

As proximidades do Grupo Escolar Salesiano São Cristóvão, na Vila Guaiara, ultimamente vêm sendo preferidas por grande número de desocupados que ali estacionam e dirigem expressões pesadas à estudantes e professores que demandam ao estabelecimento, sendo que algumas vezes as palavras de baixo calão preferidas são acompanhadas de gestos obscenos, o que muito justamente constrange as adolescentes e professores que não têm como evitá-lo, por haver somente um acesso — rua —, com iluminação pública.

O fato, pela agressividade cada vez mais acentuada dos desocupados e pelo seu número cada vez maior, esta já a constituir-se fator impeditivo de frequência normal às aulas por parte dos alunos, principalmente alunas —, e a Direção do estabelecimento não tem como coibir o abuso.

Assim, entendemos que o Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública poderá perfeitamente determinar a efetivação de policiamento ostensivo, de caráter preventivo, durante o período noturno de aulas naquele Grupo Es-

colar, a fim de que todos os que frequentam possam ter um mínimo de segurança e não sejam obrigados a se submeterem a vexames de ordem moral que lhe têm sido impostos pela malta de desocupados. Além do mais o policiamento solicitado também certamente terá o condão de fazer diminuir o índice de criminalidade que se verifica naquele bairro, pois é certo que entre aqueles que permanecem por horas e horas próximo àquela casa de ensino, não têm meio honesto de vida e são infratores habituais das disposições do Código Penal.

Os nobres Deputados certamente assim o entenderão e darão ao presente o seu honroso e indispensável apoio.

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n. 135-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar a Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, com sede no Município de União da Vitória, criada pela Lei Municipal n.º 816, de 2 de março de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1972.

(a) Domicílio Scaramella

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora temos a honra de submeter à apreciação dos ilustres Pares é de grande relevância para o Município de União da Vitória, no que tange a educação, posto que com a atualização da Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, estar-se-á possibilitando aos seus filhos melhores e maiores condições de cultura, condizentes com a tradição daquela comuna e significando o seu nome na sociedade paranaense.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

##### Projeto de Lei n. 136-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Instituto Estadual da Soja, órgão de natureza autárquica e que terá por finalidade precípua definir, orientar e executar a política estadual da cultura da soja.

§ Único — Como parte integrante de sua estrutura técnica, o Instituto Estadual da Soja manterá uma Divisão de Pesquisas Agrônomicas e uma Estação Experimental.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua sanção.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1972.

(a) João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

A notável expansão da cultura da soja em nosso Estado, no último quinquênio, foi responsável pelo surgimento de novas perspectivas para determinadas regiões onde a atividade agrícola encontrava-se como que bitolada pelas culturas tradicionais e, em alguns casos, em sentido retrocesso pelo baixo índice de produtividade cada vez mais acentuada de safra para safra. Para as cidades do centro-oeste a partir de Ponta Grossa, inclusive, a perfeita aclimação da oleaginosa teve significativo efeito para a economia local pois propiciou a industrialização com implantação de complexos de produção de óleo comestível e tortas de ração animal, com as naturais vantagens decorrentes dos investimentos realizados, concretizados no aproveitamento da mão-de-obra ociosa, formação de um distrito industrial e expansão dos serviços e equipamentos comunitários que passaram a ser usufruídos por maior parcela da população antes marginalizada do processo de desenvolvimento sócio-econômico regional.

Na região norte-noroeste do Estado também a cultura da soja encontrou excepcionais condições para o seu desenvolvimento, o que determinou para o Paraná uma posição de relevância na economia de exportação do produto em decorrência da agressiva política de vendas externas em execução pelo Governo Federal facilitada pelo fato de a soja ser produto de mercado garantido — tanto interno como externo —, pois a extraordinária rentabilidade de sua industrialização faz com que mais e mais se aperfeiçoem as técnicas de seu aproveitamento.

Em virtude das atuais previsões oficiais de aumento da produção da soja e tendo em vista a posição vanguardista do Paraná naquela cultura, tudo nos autoriza a visualizar um "ciclo da soja" no Paraná que, economicamente, poderá ter tanta repercussão quanto o tiveram os ciclos da erva mate, da madeira e do café, com a vantagem de que a mesma impõe a sua industrialização e não será, assim, uma cultura predatória, com dividendos passageiros, mas contribuirá para o desenvolvimento industrial do Estado fazendo com que possamos superar a fase eminentemente agrária até agora tem dado suporte maior à nossa economia.

Assim, a criação do Instituto Estadual da Soja visa preparar o poder público para intervir positivamente no desenvolvimento e amparo àquela cultura e fazer com que o Estado crie condições de reinvestimento regional para o capital advindo daquela cultura e evite a repetição do que se verificou no auge do "bom cafeeiro", quando o Paraná assistiu inerte a fuga de sua economia através da aplicação dos lucros auferidos com a cultura do café, em investimentos imobiliários em outros Estados, principalmente São Paulo, que viu seu litoral povoar-se, literalmente, de edifícios suntuosos construídos com os lucros decorrentes da exploração da terra paranaense. Nós entendemos que o dinheiro que a cultura da soja vier a produzir aqui, deverá ser aplicado localmente, para maior desenvolvimento do Estado na execução de inadiáveis programas de saúde, saneamento básico, comunicações, escolas, transportes e energia elétrica, sem falar nos necessariamente importantes itens de amparo à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento da agricultura.

Dai porque, entendendo oportuno o presente projeto de lei o que, no nobres Deputados também certamente assim o entenderão e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

##### Projeto de Lei n.º 137/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao



empresário Horácio Sabino Coimbra, ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.972

(a) — Antônio Belinati

**JUSTIFICATIVA:**

Horácio Sabino Coimbra, Homem do Ano de 1.972, nasceu em São Paulo, a 27 de abril de 1.923, filho de Cezário Coimbra e América Sabino Coimbra. Veio ao Paraná, pela primeira vez, em 1.946, para trabalhar com fazendas e no comércio, em Cambé. Retornou após a São Paulo, em 1.951, idealizou e foi fundador do Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina, estabelecimento bancário que se tornou em um dos mais importantes, em especial na região Sul, conhecido pelo nome de "Nosso Banco".

A partir daí o espírito empreendedor do empresário não parou de dar seus frutos, de tal sorte que foi ele o fundador da Cacique de Armazéns Gerais, Companhia Cacique de Café Solúvel, Transportes Cacique-Ltda., Cia. Maracaju Comércio Indústria e Agricultura, Cia. Maracaju de Veículos, Cia. Cacique Exportadora e Importadora e Cia. Cacique de Alimentos S.A.

Atualmente, prosseguindo numa atividade incansável, está trabalhando na fundação da Cacique de Embalagens Ltda.

Em 1.967, convidado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, assumiu a Presidência do Instituto Brasileiro do Café, tendo desempenhado de forma brilhante sua atuação à testa da autarquia cafeeira. Em 1.970, recebeu o Globo de Ouro, troféu entregue por ser o maior exportador de manufaturados do Brasil, título dos mais significativos, principalmente porque ligado ao café solúvel, uma das grandes cruzadas que Sabino Coimbra vem empreendendo, difundindo, por todo os países, o nome do Brasil, nos produtos da Companhia Cacique de Café Solúvel.

Horácio Sabino Coimbra é casado com dña. Maria Iolanda Cerqueira Cesar Coimbra e tem 4 filhos: Cesário Coimbra Neto, Sérgio Coimbra, Fernando Coimbra e Daniela Coimbra.

Foi, ainda, o Homem do Ano do Paraná, e é Cidadão Honorário de Londrina.

Por isso tudo, pelo que tem realizado em benefício de nosso país e de nosso Estado, é justo que se lhe dê, também, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

**Projeto de Lei n.º 138/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná", fundada em data de 02 de agosto de 1958.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1972.

(a) — João Mansur

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, vem desde 02 de agosto de 1958, data de sua fundação, prestando relevantes serviços à coletividade, sendo justo o plano que visa declarar de Utilidade Pública a referida Associação.

Para melhores esclarecimentos, juntamos os Estatutos e Certidão de Registro da Associação em apreço, contando com o integral apoio dos meus nobres Pares, com assento neste Poder Legislativo.

**Projeto de Lei n.º 139/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º) — Fica declarada de utilidade pública a "Fundação da Indústria Turística para Reclusos e Menores de Cascavel", — FITURMEL —, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º) — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1972.

(a) — Odilon Reinhardt

**JUSTIFICATIVA:**

Considerado como um dos problemas que mais preocupam na atualidade do mundo todo, qual seja o relacionado com o alto índice de delinquência juvenil, é que, não poderíamos de maneira nenhuma, ficarmos omissos aos inúmeros benefícios que trará à cidade de Cascavel e à região oeste do nosso Estado a criação da Fundação Indústria Turística para Reclusos e Menores de Cascavel — "FITURMEL".

Cascavel, através de sua gente, tem estado constantemente preocupada com os problemas que afligem a juventude de sua terra, principalmente pelo alto índice do desenvolvimento que ora atravessa e que tem como principal consequência o afluxo da juventude àquela cidade em busca de novas perspectivas em suas vidas.

Tal fato, provoca muitas vezes, consequências desagradáveis, pois nem todos que lá chegam conseguem colocação.

E permanecem pelas ruas da cidade em estado de quase total abandono e desespero, sendo empurrados à realização e prática de determinados atos contrários à sua vontade.

Foi preocupados com tal situação e objetivando proporcionar maior tranquilidade à família cascavelense, é que o povo daquele município cotizou-se e através de um esforço conjunto tornou realidade e viu nascer a FITURMEL.

É como incentivo e reconhecimento à realização da gente de meu município, que apresento aos ilustres membros desta Casa de Leis o presente plano de Lei, que se aprovado, virá premiar e reconhecer os méritos de FITURMEL, e servirá de estímulo a que a cidade de Cascavel através de sua gente, atire-se em novas realizações que estarão projetando o município e o Estado do Paraná perante os olhos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna tão somente para solicitar dos Srs. Deputados que concordem em consignar um voto do mais profundo pesar pelo falecimento do dr. Bogdano Kobilanski, ocorrido na noite de ontem em nossa Capital.

Sofre o Paraná e a Liga de Combate ao Câncer uma perda irreparável. Era o Dr. Bogdano Kobilanski, diretor do Hospital Erasmo Gaertner e um dos

maiores batalhadores na luta contra o câncer no Paraná. Com a sua morte abre-se uma lacuna irreparável e, por certo de consequências imprevisíveis para o prosseguimento daquela campanha movida pelo ilustre facultativo, ontem desaparecido.

Morre o Dr. Bogdano Kobilanski aos 47 anos de idade.

O nosso propósito nesta Tribuna, é prestar uma homenagem póstuma a esse ilustre cidadão, fazendo com que esta Casa de Leis consigne um Voto de mais profundo pesar nos Anais da Casa, pelo infausto passamento.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Arizone Araujo.

O SR. ARIZONE ARAÚJO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos traz à Tribuna na tarde de hoje é para relatar ocorrências do Sudoeste paranaense e que nos chamaram a atenção.

Com a incidência das chuvas na última semana, ocorreram diversos casos de desabrigo de famílias, especialmente na cidade de Francisco Beltrão.

Através da Presidência desta Casa fazemos um apelo aos Srs. Secretários de Assistência Social e de Saúde para que sejam enviados medicamentos, principalmente vacinas anti-tíficas, bem como outros, e agasalhos porque o número de desabrigados é grande.

Queremos que fique consignado nos Anais da Casa o trabalho que a 2a. Companhia de Infantaria vem prestando neste momento crucial à nossa localidade.

Apelamos, igualmente, ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem para que determine o restabelecimento do tráfego com a máxima brevidade possível.

Certos da cooperação deste Plenário e da Presidência da Casa, agradecemos. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo retornado do Norte do Paraná, voltamos à Tribuna da Assembléia Legislativa com o objetivo de reforçar os apelos que foram feitos no sentido de que o Governador Parigot de Souza antecipe o aumento decretado para o funcionalismo público, de 1.º de outubro para 1.º de agosto ou 1.º de setembro.

Pudemos, nos contatos que tivemos com os professores, serventes e funcionários das diversas repartições públicas do Paraná, perceber claramente que há, por parte do funcionalismo, uma angústia muito grande, sobretudo em virtude da frequente alta do custo de vida. Sabem de ante-mão os servidores que recebendo o aumento a partir de 1.º de outubro, aumento que não é satisfatório, ficarão provavelmente até o final do ano que vem sem o direito de pleitear um novo aumento de salário.

Mesmo assim, mesmo não sendo agraciados com um aumento que visa preencher o sofrimento do nosso funcionalismo público, há por parte da laboriosa classe um desejo muito grande que, pelo menos, o Governador venha fazer com que o aumento de vencimentos do funcionalismo passe a vigorar a partir de 1.º de agosto ou mesmo a partir de 1.º de setembro, pois entendem que há um espaço enorme do dia de hoje até o dia 1.º de outubro.

Falando em nome de inúmeros servidores públicos, viemos a esta Tribuna exatamente com este objetivo de pedir que o Sr. Governador do Estado antecipe, para alegria geral de toda a classe do funcionalismo público do Paraná, a vigência do aumento. Vigorando a partir de 1.º de outubro ficará no ar uma certa interrogação, dando a impressão que esse aumento é de encomenda, é um aumento para agradar ao funcionalismo público às vésperas do pleito eleitoral. Contando a vigência a partir de 1.º de outubro o funcionário irá recebê-lo juntamente com os vencimentos no início de novembro, poucos dias antes das eleições, e têm-se a impressão pelo que sabemos, não é do desejo do Sr. Governador que este aumento venha, mas sim, apenas sirva para que o funcionário não fique descontente com o Governo e sufrague nas urnas os candidatos apoiados pelo Governo. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. O dia 27 deste mês marcou o encerramento de mais uma etapa da vida político-partidária dentro deste País.

Os partidos políticos se movimentaram, escolheram os seus candidatos, efetivaram as suas convenções e vêm a público agora expor as suas idéias e pleitear através do voto a preferência popular. Como político militante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, desejava nesta tarde ocupar a Tribuna para, pessoalmente, ressaltar o significado desta movimentação política sobremaneira salutar, para o regime democrático que todos pretendemos viver. E sobretudo, ressaltar o espírito público daqueles homens que se dispõem a abandonar muitas vezes os seus interesses particulares para enfrentar a incerteza da vida pública e da vida política.

Todos nesta Casa, sabemos das dificuldades e da incerteza que enfrenta hoje a política, sobretudo no interior, em que a política deve ser feita com idealismo e os olhos voltados para os interesses do povo. E no interior do Estado, nos municípios que compõem esta unidade federativa, aqueles que mais se sobressaíram dentro do quadro da sociedade, foram instados e buscados pelos partidos políticos para que viessem à luta e pudessem na conquista da vitória emprestar o seu trabalho, a sua inteligência, sua capacidade e os seus conhecimentos para o progresso da sua comunidade.

Muitas vezes, as dificuldades foram grandes para convencer àqueles homens que melhores condições teriam para enfrentar o pleito eleitoral. Outras vezes, em outros municípios o número de candidatos era avultado e as dificuldades para solucionar dentro de cada Partido, aqueles que melhor pudessem representar a comunidade.

Mas uma vez transposta esta etapa às Convenções, os quadros políticos estão postos, os candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores já lançados.

Gostaria, Sr. Presidente, a par deste realce que desejo dar ao idealismo dos homens que se dispõem a uma disputa eleitoral, desejaria consignar nos Anais desta Casa uma alocução feita há alguns dias atrás por um alto dignitário da Igreja Católica, Apostólica Romana, Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre que, analisando a vida política do Brasil, analisando o papel



do político na comunidade e na sociedade fez, através dos rádios de Porto Alegre um pronunciamento que foi posteriormente transcrito pelo jornal "O Estado de S. Paulo", de 28 de agosto de 1972.

Como se trata de um pronunciamento da mais alta valia e por ter pro-namado de uma autoridade eclesiástica, respeitada, ouvida e acatada não apenas nos meios religiosos deste País, mas um homem de cultura e idealismo reconhecidos, gostaria, como político, que os Anais desta Casa contivessem o artigo que passarei a ler, com sua permissão, Sr. Presidente.

Diz S. Exa. Reverendíssima, Dom Vicente Scherer: (lendo) "Aproximando-se a data das eleições, nota-se maior movimentação dos Partidos políticos na preparação ao pleito de novembro. Reunem-se Convenções, selecionam-se os candidatos, intensifica-se o alistamento e a Justiça Eleitoral vê-se assobrecida com casos a resolver e providências a tomar. Suponho que os próprios candidatos já homologados estejam preparando as suas plataformas e planejando as campanhas para o alistamento de eleitores e a conquista de votos. Agita-se, portanto, a vida política; as atividades dos Partidos se multiplicam somando todos com a vitória da bandeira que defendem e dos nomes que propõem à consagração das urnas. A população estará acompanhando o que se passa e formulando seus juízos sobre a capacidade dos candidatos e o êxito previsível da renhida competição eleitoral.

O meu objetivo neste comentário limita-se à manifestação de sinceros aplausos aos que, com altas intenções, participam do processo político em andamento. Palmas aos militantes políticos e aos candidatos que acataram a inclusão dos seus nomes na chapa do Partido em que estão alistados. Ouvem-se com frequência expressões depreciativas sobre a atividade e a vida política. Para muitos ela é sinônimo de ambição personalista, intriga, hipocrisia, fraude, empreguismo, enriquecimento desonesto. Sem dúvida estes e outros vícios, crimes e escândalos enchem a folha corrida de muitos políticos profissionais e ocasionais do passado e do presente. Desonraram estes as posições que ocupavam e traíram a confiança que os eleitores neles depositaram.

Mas, a política no sentido real e genuíno da palavra é empenho e tarefa que o Concílio Vaticano, com justiça e propriedade, denominou "nobilíssima arte".

Com efeito, ela se identifica com a participação direta e absorvente do cidadão nos cargos administrativos e no poder público que tem por finalidade promover o bem estar da coletividade. O político assume o compromisso e a responsabilidade séria e complexa de um esforço penoso e perseverante para resolver os problemas de interesse coletivo, de realizar o bem-estar temporal, de criar um conjunto de condições concretas que permitam a todos os membros da comunidade social atingir um nível de vida em que estejam satisfeitos ao menos às exigências essenciais da dignidade humana.

Como o chefe de família dedica o seu tempo, suas energias, suas aptidões ao constante anseio de oferecer ao grupo familiar o máximo de conforto, o político, investido de sua parcela reduzida ou avultada do poder, o possui para zelar pelos interesses da coletividade municipal, estadual, ou nacional. Ele influencia a ordenação da vida econômica, social e cultural; dele depende, em maior ou menor escala, o atendimento das aspirações coletivas, o êxito nas iniciativas das diversas categorias sociais, a ordem propícia ao crescimento da prosperidade particular e do desenvolvimento das várias regiões do País. Os cargos políticos, realmente nos Códigos e no juízo de todos, se definem como missão ou postos de serviço ao povo e à coletividade.

As leis e as Constituições atribuem aos políticos em certos casos remuneração, influência, honra e às vezes, privilégios, como títulos e imunidades, para zelar pela defesa dos direitos dos cidadãos e urgir o cumprimento dos deveres que todos têm no convívio com os demais.

A política, portanto, assim encarada e vivida, como só se admite, é expressão de caridade social e de amor. Daí a sua necessidade, sua nobreza, os diplomas de bem-querência que confere. O Concílio a chama de arte e os outros a consideram ciência, porque o vulto e a complexidade dos problemas e das situações a enfrentar supõem e exigem idoneidade, conhecimentos e adequada preparação. Com exatidão o texto conciliar assim resume as aspirações do político honesto e consciente da responsabilidade inerente à função pública: "com lealdade e prudência, lutam contra a injustiça e a opressão, contra o absolutismo e a intolerância, seja dos homens seja dos partidos políticos; dedicam-se ao bem estar de todos com sinceridade e retidão, e ainda mais, com o amor e a coragem que a vida pública exige". (Gs. 75). Os que orientam a conduta segundo o espírito e as lições do Evangelho, pelo seu testemunho, sua disponibilidade para servir, seu desinteresse, contribuem para fazer circular nas velas do corpo social, como juncos vivificadores e renovadores, o benéfico influxo civilizador dos luminosos ideais da mensagem cristã.

Merecem, pois, o reconhecimento da coletividade os homens e as mulheres que animados destas intenções se dispõem para o exercício da função de ordem política. Não raramente pessoas dignas e capazes recusam liminarmente a possibilidade de assumir postos eletivos que, sem dúvida, importam frequentemente em prejuízo das atividades da própria profissão. O absentismo, porém, e a recusa dos cargos pelos homens idôneos facilitam não raramente o avanço audacioso de elementos aproveitadores e despreparados.

O escrupuloso desempenho da atividade política revela, pois, a consciência de corresponsabilidade em colaborar com o Estado na promoção da causa pública e do bem-estar coletivo.

Serão os políticos homens imbuidos de espírito ministerial, sacerdotes da Justiça, fautores do bem comum, sentinelas sábios e íntegros no combate à injustiça, ao arbítrio e à exploração de uns pelos outros, fortes e perseverantes ao serviço do corpo social. Terão competência para o cargo, capacidade técnica, empenho atuante e visão segura para adaptar a realidade social às exigências concretas da Justiça, da colaboração para objetivos comuns e da subordinação à criteriosa distribuição de tarefas.

Conserva viva a atualidade a exortação do saudoso estadista J. F. Kennedy: "não pergunteis ao vosso país o que pode fazer por nós; perguntai a vós mesmos o que podeis fazer por ele".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Desejava, como disse de início, como político militante e como Deputado Estadual, que os Anais desta Casa contivessem através da leitura dessa mensagem de um homem que, pelo posto que ocupa e pela cultura que tem, sabe o que diz e diz bem o que sabe. Talvez mais do que nunca fosse necessário, no momento atual, essa mensagem de estímulo e de impulso aos homens que se dispõem a abandonar aos seus interesses particulares para cuidar dos interesses da coletividade.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Solicitei o aparte, nobre Deputado, apenas para cumprimentá-lo pela feliz e oportuna medida, de trazer para os Anais desta Assembleia pronunciamento do Arcebispo de Porto Alegre. De fato, seria lamentável que os Anais de nossa Casa não contivessem as suas palavras que repercutiram intensamente em todo o país. Ainda há dias atrás, sobre o mesmo, se pronunciava no Senado Federal uma figura com uma vida inteira dedicada aos ideais democráticos,

que é o representante gaúcho, Senador Daniel Krüger. Dizia S. Exa., Senador pelo mesmo Estado que o Arcebispo que pronunciou as palavras que V. Exa. leu neste momento da Tribuna, que na verdade, sem o estímulo e reconhecimento que prega D. Vicente Scherer, pouca coisa resta aos políticos de estímulo, neste momento, trilhando uma atividade que vai sendo marginalizada, porque não interessa, sob muitos aspectos, aqueles que detêm o poder na esfera federal neste momento.

Sei que não é esta a interpretação que dá V. Exa. desta Tribuna e se apenas a ela me referi, é porque o meu Partido tem também propugnado durante longo tempo, pelo reconhecimento das atividades políticas, como fato legítimo e normal da democracia. Desta forma, congratulo-me com V. Exa. pela oportuna e feliz medida. De fato, seria estranhável que um pronunciamento dessa monta, com reflexos em todo nosso País, não constasse dos Anais de nossa Assembleia. Graças a contribuições de V. Exa., neste momento, isto não ocorrerá. Meus cumprimentos.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço ao eminente Líder do MDB, Deputado Sebastião Rodrigues, as palavras de apoio à atitude que adotamos nesta tarde, fazendo com que fique consignado nos Anais desta Casa esse pronunciamento que, realmente, toca a profundidade da alma daqueles que têm a alma pura tratando de assuntos políticos.

É necessário, mais do que nunca, que esta Assembleia, que o Poder Legislativo procure valorizar a sua atividade não apenas com atos sérios, com medidas de repercussão e de profundidade em defesa da causa pública, mas também que procure levar, sobretudo, aos políticos do interior, aos humildes homens dos quatro cantos deste País e deste Estado, uma mensagem de incentivo e de apoio no momento em que se dispõem a enfrentar uma luta política, na maioria dos casos renhida, disputada, difícil, e enfrentá-la com as armas do idealismo, com as armas da verdade, com as armas da seriedade de propósitos que todos os políticos bem intencionados devem ter e devem possuir.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Cândido Martins de Oliveira à militância em campos opostos não impede que nós estejamos, quase sempre, de acordo em assuntos de profundidade, de conceituação filosófica e doutrinária, porque os nossos objetivos são, no fundo, os mesmos: a busca do bem estar coletivo, a luta pela liberdade, o sacrifício pelos ideais. Tudo isto é o sonho imenso que nos envolve, tudo isto é que nos impele para a vida pública tão cheia de agruras e incompreensões, mas que faz com que este caminho, por nós, seja palmilhado apesar de todas as dificuldades nos tempos difíceis em que vivemos.

O pronunciamento de V. Exa., trazendo ao conhecimento da Casa a palavra orientadora do dirigente eclesiástico do Rio Grande, Dom Vicente Scherer, situa a mensagem apostólica da Igreja em todos os tempos. Em todos os tempos os dirigentes máximos da Igreja, através de Concílios e de Pastais ou de pronunciamentos isolados como esse, procuraram orientar, doutrinar, conduzir e estimular os idealistas. Interpretado esse pronunciamento como orientador, estimulante e altamente esperançoso. É constante, Deputado Cândido Martins de Oliveira, verificarmos a fuga dos valores, nas comunidades da vida pública.

É contrastante verificarmos nos quadros partidários a escassa participação dos valores intelectuais da sociedade.

É uma chamada desta ordem, um chamamento deste quilate poderá despertar e se não, despertar pelo menos um reconhecimento que nos estimula, nesta fase em que o político passou a ser bode expiatório de todos os erros, de todas as desgraças e de todo o mal.

É temos ouvido às vezes a nos estrear, figuras políticas como ouvi há poucos dias, um Senador da República numa das grandes cidades do Paraná, dizer que os cargos de Prefeito devem ser cargos de técnicos ocupados por técnicos. E nós sabemos que se há um cargo eminentemente político é o cargo de Prefeito Municipal.

Por outro lado, esta carência de elementos, faz com que muitos de nós que não devemos nos ausentar das Casas Legislativas, tenhamos por contingência desta situação, aceitar a convocação e até a imposição dos grupos políticos a que pertencemos para a disputa dos cargos eleitorais nas sedes municipais do nosso Estado.

Está ocorrendo isto em todo o Brasil, está ocorrendo isto no Paraná, e ao ouvir o pronunciamento de D. Vicente Scherer trazido por V. Exa., sinto-me abalado e estimulado. Meus parabéns Deputado, meu apoio integral à proposição de inserção da Mensagem nos Anais da Casa.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte de V. Exa. e não esperava outra posição de um homem da sua formação moral e da sua conduta política que não fosse esta, de ratificação dos propósitos que nos embala a todos para enfrentar a vida pública com todas as dificuldades que ela apresenta e com todos os desafios que a cada passo ela nos atrai à frente.

Partilho da opinião de V. Exa. de que realmente é com tristeza que se percebe às vezes, sobretudo nos instantes de climax político como este que acabamos de viver, de escolha de candidatos, de homens com condições morais e intelectuais, que ausentam-se da vida política exatamente por entenderem que não tem mais ela os atrativos que tinha no passado, atrativos em termos de realização pessoal, atrativos em termos de ocupar um cargo para poder concretizar um ideal que é inato na criatura humana de boa formação, do ideal de poder ajudar ou poder ceder um pouco da sua felicidade ao seu próximo e ao seu irmão.

Acredito como V. Exa. que não foi outro o objetivo de S. Exa. Revma. D. Vicente Scherer, ao dizer estas palavras em Porto Alegre, se não o de trazer um pouco de luz na escuridão do mundo político em que vivemos hoje. Escuridão que é preciso que se diga, não existe apenas neste País, mas existe, parece, em certa parte do mundo, em função das transformações sociais cada vez mais cêleres que estamos vivendo, em função do entendimento de alguns técnicos em alguns assuntos, de que a política, de que o Governo para acompanhar as transformações sociais, deve cada vez mais se afastar do povo e ficar entregue às mãos de uns poucos, porque apenas estes, com os conhecimentos que julgam ter, acham-se auto-suficientes para conduzir a vida de uma Nação, a vida de um País.

Nós, que entendemos diversamente, entendemos que o Poder emana do povo e que o povo raramente erra quando tem a oportunidade de votar. Nós, que entendemos como Dom Vicente Scherer, que os políticos na maioria dos casos são idealistas e de propósitos honestos, usamos desta Tribuna para proclamar ao Paraná que neste instante em que o povo é chamado a uma votação para escolher seus mandatários, nós, os Deputados Estaduais, reverenciados aqueles que se dispõem a luta política com idealismo e sinceridade de propósitos.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).



V. Exa. lembrou muito bem a tendência da tecnocracia de dominar os setores que competem à política. Quando a tecnocracia assume a responsabilidade, ou os papéis se invertem, os técnicos assumindo o papel de políticos, verifica-se que o Governo se torna desumano e deixa de ter sensibilidade para os aspectos humanos da comunidade e deixa de ser um bom Governo, porque todo o Governo deve se voltar à pessoa, ao engrandecimento da pessoa, não às coisas frias, sem alma, sem pureza, sem sentimento. A tecnocracia leva fatalmente o Governo a esta frieza dura, impiedosa.

A condução do Governo pelo político dá-lhe, sem dúvida, aquele calor humano, aquele sentimento, aquela sensibilidade para o sofrer, para as angústias, para os pesares que sobrecam sobre ponderável parcela da sociedade. Só o político tem sensibilidade para isto. O político, político mesmo, permanece na liça política tenho certeza, somente por isso, porque sente-se solidário ao homem, sente que pode ser instrumento do homem para engrandecer o seu irmão, para elevar a sociedade, humanizá-la, torná-la mais produtiva e mais humana.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço mais uma vez o brilhante aparte de V. Exa. e gostaria de, aduzindo as suas brilhantes palavras, dizer que muitas vezes, vale mais a um Governo a sua sensibilidade para os problemas humanos, a sua sensibilidade para os problemas até muitas vezes aparentemente pequenos, do que a sensibilidade para os grandes problemas técnicos que podem resolver problemas de um Estado, podem resolver problemas de um País mas não conseguem, na maioria dos casos, resolver os problemas do povo, do homem, sobretudo do homem mais sofrido que é a grande maioria da população não só deste País, pois dois terços da humanidade vive à margem da sociedade e não se beneficia das grandes e santuosas obras técnicas.

É preciso que nós, políticos, digamos isto com coragem, com destemor para que os governantes interpretem a vontade do povo através de nossas palavras. Muitas vezes a construção de uma grande obra de energia elétrica não vem resolver o problema do pai da criança que não tem escola, do pai da criança que não merenda escolar; do pai da criança que anda descalça; do lavrador que não tem semente.

É Preciso, portanto, que haja uma conjugação de ideais, de trabalho que, a par das grandes realizações, dos grandes pronunciamentos e dos grandes investimentos, o Governo leve em conta o aspecto humano, o desenvolvimento social da população. E nós, políticos, muitas vezes, quando falamos isso perante os técnicos, os chamados técnicos, somos taxados, somos rotulados de demagogos.

Mas é preciso que eles saibam que aqui ocupamos uma Cadeira para cá fomos trazidos pela vontade do povo, não fomos nomeados por decretos governamentais, fomos, isto sim, nomeados por 5 mil, 10 mil, até 15 mil cidadãos paranaenses, como é o caso do nosso Líder, Deputado João Mansur.

Portanto, nós políticos, devemos atuar nesse sentido para tornar mais sensível o poder público no que tange ao relacionamento, ao desenvolvimento social.

O Sr. Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, delegou-me, honradamente, o Líder da ARENA desta Casa que não deixasse de manifestar-me nesse pronunciamento, tenho certeza, marcará época nos Anais desta Casa.

O pronunciamento que V. Exa. faz, na tarde de hoje, sem favor nenhum, é preciso, necessário, oportuno, e porque não dizer extremamente corajoso.

E devo, de certa forma, fazer um paralelo entre a posição que V. Exa. postula, neste momento, e a posição tomada por uma das figuras maiores da vida pública, o Senador Daniel Krüger.

O Senador Daniel Krüger, em uma entrevista publicada em jornal de ontem, faz a defesa dos princípios básicos da democracia, faz um voto de fé na normalização da vida pública brasileira.

E peço licença para repetir um tópico que considero da maior importância, na entrevista de S. Exa.: "Divergir não é apenas uma faculdade, mas uma obrigação do parlamentar, sempre que reputar erradas as medidas governamentais. A discordância o reexame e gera a possibilidade de correção. A infalibilidade é inadmissível. Vencido, o congressista está adstrito à decisão da maioria de seus partido."

No terreno político a decisão é inabalável de colocar o País de maneira irrevogável dentro da linha das nações democráticas, da livre iniciativa, dos ideais cristãos, retirando-o da subversão extremista e do totalitarismo. A defesa da democracia foi a razão do Movimento de 1.964 e a sua sobrevivência, portanto, é um compromisso da Revolução."

Ora, Srs. Deputados, não é outra coisa que nós pretendemos, como Deputados que somos da ARENA, senão lutarmos com denodo para restabelecer o quadro mais propício ao desenvolvimento das pessoas humanas; não é outra coisa que nós fazemos, senão restaurarmos o poder da vontade soberana do povo. O pronunciamento do Cardeal Arcebispo de Porto Alegre D. Vicente Scherer, é uma prova incontestável de que aos políticos está reservada a grande missão de compatibilizar empecilhos ainda existentes dentro da sociedade brasileira. Com relação ao aparte do Deputado Nivaldo Krüger, sobre a tecnocracia, lembro que há poucos dias, lendo um tratado a propósito do tema, o autor levanta o grande problema e o resume na seguinte frase: "que a tragédia da tecnocracia, é que o seu conteúdo não é tecnocrático, mas a rigor político, mas mau político porque não são desempenhadas as normas do poder por homens afeitos às lutas populares, por homens afeitos às lutas sociais, mas sim por técnicos frios e implacáveis e o resultado é que se cria um quisto burocrata e tecnocrata, cuja decisão sempre é política". Dizia ele que se a fórmula muitas vezes é técnica, qualquer decisão é sempre política. Nestas circunstâncias acredito que na medida em que Deputados como V. Exa. se disponham a lutar pelos seus ideais, se disponham a lutar pelas suas convicções tenho certeza que este país haverá de reencontrar o seu caminho, tenho certeza de que haveremos de construir uma democracia perfeitamente admissível e que fará inveja ao resto do mundo.

Cabe-nos apenas portanto, para encerrar, congratulamo-nos com V. Exa. que pode dispor-nos ao lado de sua trincheira.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço ao eminente Deputado Luiz Roberto Soares o brilhante e profundo aparte que enriqueceu o debate desta tarde, sobre um tema de tanta importância para nós, que vivemos e viveremos durante quatro anos no convívio parlamentar.

Não esperava de V. Exa. outra posição, conhecendo-o como o conheço há largo tempo, senão esta de reafirmar os seus princípios, seus ideais

políticos, ideais e princípios pelos quais vem lutando há muito tempo e pelos quais justifica a sua presença na vida pública.

Gostaria, ao finalizar, sr. Presidente, srs. Deputados, este meu modesto e despretencioso pronunciamento, lembrar também à Casa para que se consigne também nos Anais deste Poder Legislativo, a palestra proferida no dia 25 de agosto pelo professor Bento Munhoz da Rocha Neto, na comemoração do Dia do Soldado, quando S. Exa. com a autoridade que lhe é reconhecida por todos os paranaenses e pelos brasileiros que sabem de sua cultura e de seu amor à causa pública, afirmava que este País só será grande só encontrará seu verdadeiro destino, no instante em que a segurança interna preservada pelas Forças Armadas, tiver ao seu lado a militância política, vivificada, para que os ideais da Revolução de 64 se perpetuem no povo, como força política.

É esta a nossa posição dentro desta Casa e como político militante a favor da Revolução, dos seus princípios, dos seus ideais e de seus postulados.

Mas, entendemos que apenas os políticos que concordam com esses ideais e esses postulados poderão torná-los perenes e eternos dentro da vida desta Nação. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA  
com a presença de 42 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Rehnardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado João Fadel constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Presidência registra com satisfação a presença no Plenário do Sr. Deputado Federal Arnaldo Busato. A S. Exa. os cumprimentos da Mesa Executiva.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 84-72 — Mensagem n. 24-72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo dar fiança de Empréstimos contraidos ou que venham a ser contraidos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANE-PAR. — **Aprovado.**

#### Redação Final do Projeto n. 84-72

##### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraidos ou que venham a ser contraidos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar, até o máximo de 9.681.000 (nove milhões seiscentos e oitenta e um mil) UPC correspondentes, nesta data, a Cr\$ 617.744.610,00 (seiscentos e dezessete milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e dez cruzeiros), destinados à execução de obras de sistema de abastecimento de água e de esgoto em municípios do Estado e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco do Estado do Paraná S.A.

Parágrafo único — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação, na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S.A. ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação.

Art. 2.º — Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Estado do Paraná — FAE-PR, até o máximo de 20% (vinte por cento) do montante previsto no artigo primeiro, bem como a garanti-los na forma ali estabelecida.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Gabriel Manoel.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 85-72 — Mensagem n. 25-72, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE — PR, e dá outras providências. — **Aprovado.**

#### Redação Final do Projeto n. 85-72

##### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos ao



Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, constituído em convenio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habilitação, na conformidade com o que preceitua o Decreto Lei Federal n. 949, de 13 de outubro de 1969.

Parágrafo único — Os recursos de que trata este artigo serão constituídos por:

I — dotação concedidas no orçamento anual ou através de créditos suplementares ou especiais;

II — recursos provenientes de operações de crédito de que o Governo do Estado seja mutuário, desde que as obrigações financeiras decorrentes não onerem o FAE-PR;

III — retornos das aplicações do Fundo, bem como com os resultados obtidos;

IV — outros recursos de qualquer origem, que lhe forem destinados, desde que não onerem o FAE-PR.

Art. 2.º — consideram-se como integralizados pelo Estado os valores aplicados à conta do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos — FAE-PR a partir de 15.09.69, devendo seus resultados financeiros serem incorporados ao citado Fundo.

Parágrafo único — O FAE-PR, terá individualização contábil e Gestão Autônoma.

Art. 3.º — Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a regulamentar, mediante Decreto, a Gestão do FAE-PR, bem como a designar o respectivo Órgão Gestor.

Art. 4.º — Os recursos consignados no orçamento estadual à conta do Fundo de Água e Esgotos — FAE, criado pela Lei n. 4.684 de 23.01.63, relativo ao corrente exercício, são transferidos ao FAE-PR e a ele se incorporarão para todos os efeitos e fins do que dispõe o inciso I do parágrafo único do art. 1.º da presente Lei, ficando excluídos os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar como Taxa de Administração constante da dotação 72. 7.7—61—08—0 Código 1.2.01.

Art. 5.º — Fica extinto o Fundo de Água e Esgotos FAE, criado pela Lei n. 4.684 de 23 de janeiro de 1963, devendo seus direitos e obrigações com exceção do que tratam os artigos 2.º e 4.º, serem transferidos para todos os efeitos e fins à Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar, podendo o Patrimônio Líquido do FAE, ser incorporado à Sanepar e/ou destinado para integralização do FAE-PR, na conformidade do que dispõe o inciso IV do parágrafo único do artigo 1.º da presente Lei.

Art. 6.º — A Sanepar poderá suspender o abastecimento de água do imóvel, independentemente de nova notificação, quando a conta não for paga até a data de seu vencimento, bem como em outros casos previstos em regulamento.

Art. 7.º — As contas da Sanepar serão emitidas para cada ligação às redes de água e de esgotos sanitários, independente do número de economias atendidas.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 10 e 11 da Lei n.º 4.684, de 23 de janeiro de 1963.

Sala das Sessões, em 23.08.72.

aa) Candido M. de Oliveira — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Gabriel Manoel.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 251/70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal, em Maria Helena. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/72, de autoria do Dep. João Mansur, assegura benefícios que especifica, aos dependentes do Servidor Policial Civil ou Militar do Paraná, quando falecido em consequência de agressão sofrida no desempenho de função policial ou de segurança. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 268/71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Professores "MARIA JUNQUEIRA SCHMIDT", com sede na cidade de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 292/71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 49/71, encaminhando anteprojeto de Lei que institui, a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — COM EMENDAS — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Ao referido Projeto foram apresentadas as seguintes Emendas:

#### " EMENDA N.º 1

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

O Parágrafo 4.º do Art. 15 terá a seguinte redação:

§ 4.º — O Poder Executivo, mediante projeto de lei, proporá normas que regulamentem a lei 4.596, de 2 de julho de 1962, em face das alterações introduzidas por esta lei.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 2

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

O Parágrafo 2.º do Art. 15 terá a seguinte redação:

§ 2.º — Os recursos do F.D.C. serão geridos pelo Conselho de Administração mediante referendo do Conselho de Curadores, e movimentados em Conta Especial do Banco do Estado do Paraná, ficando, em face das determinações deste parágrafo, revogado o Art. 5.º da Lei 4.596, de 2 de julho de 1962.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 3

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

O § 2.º do Art. 10 terá a seguinte redação:

§ 2.º — A competência do Conselho de Administração e sua remuneração serão fixadas por estatuto aprovado em lei.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 4

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

O Art. 9.º terá a seguinte redação:

Art. 9.º — O Conselho de Curadores, órgão de controle financeiro, patrimonial e contábil da Fundação é composto de cinco membros, nomeados pelo Governador do Estado, sendo dois indicados pela Assembleia Legislativa e os demais escolhidos dentre cidadãos de reconhecida experiência e conhecedores de assuntos relacionados com a colonização e o desenvolvimento rural, com mandato de um ano, podendo ser renovado.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 5

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

Suprima-se a alínea IV do Art. 3.º e consequentemente o Art. 22, passando os artigos seguintes à numeração correta.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 6

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

O Art. 26 terá a seguinte redação:

Art. 26 — O estatuto da Fundação pode ser reformado por lei.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 7

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

O Art. 23, § 2.º, terá a seguinte redação:

§ 2.º — A aprovação do quadro e fixação de remuneração do pessoal técnico e administrativo da Fundação será de competência do Governo do Estado, mediante lei.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 8

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

O Art. 16 terá a seguinte redação:

Art. 16 — A Fundação prestará contas à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, remetendo balancetes trimestrais e, encerrado o exercício, o balanço financeiro de suas atividades, em prazo que não exceda o último dia de fevereiro do exercício seguinte.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 9

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

A alínea III do Art. 4.º terá a seguinte redação:

III — 20% (vinte por cento) do produto de venda de terras devolutas do Estado, sendo o restante recolhido à conta do Tesouro Geral do Estado.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 10

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

A alínea I do art. 3.º terá a seguinte redação:

I — Todas as áreas de terras públicas e devolutas de propriedade do Estado do Paraná, que o Poder Executivo fica autorizado a doar à Fundação, excluídas as áreas já legitimadas por terceiro ou que estejam sendo objeto de litígio judicial.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 11

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

O Parágrafo Único do art. 1.º terá a seguinte redação:

§ Único — A Fundação é uma entidade autônoma que se regerá por estatuto aprovado através de lei.

Sala das Sessões, 14 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

#### EMENDA N.º 12

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 292/71

O Art. 6.º terá a seguinte redação:

Art. 6.º — Fica a Fundação investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade, no uso e reintegração da posse e na discriminação de terras públicas dominiais e devolutas, podendo, ainda, promover convênios e acordos com a União, Estados e Municípios, condicionada a validade desses atos ao referendo dos Poderes Executivo e Legislativo através de leis específicas.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1972

aa) — Deputados Erondy Silvério e Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Como é de conhecimento dos Srs. Deputados, as emendas serão votadas englobadamente.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, V. Exa. vai por em discussão as emendas?

O SR. PRESIDENTE — Sim em discussão e em votação.

(Pausa). Rejeitadas as emendas e consequentemente, aprovado o Projeto original.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 71-72, de autoria do Dep. Cândido Martins de Oliveira, concede o Título de "Cidadã Benemerita do Paraná", à Senhora Dalila de Castro Lacerda. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 73-72, de autoria do Dep. Borsari Netto, estabelece prazo de quarenta e cinco dias às Câmaras Municipais, na



apreciação de projetos de leis oriundos do Poder Executivo Municipal e das outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Aprovado, artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 118-72, Mensagem n. 32-72, encaminhando anteprojeto de Lei que cria, na Procuradoria Geral da Justiça, três cargos de Procurador da Justiça. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA** — Aprovado, artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 14-72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, dá nova redação ao Art. 1.º da Lei n. 4.980, de 7 de dezembro de 1964, que declarou de Utilidade Pública o Asilo São Luiz. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

# PROJETO DE LEI N. 14-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 1.º, da Lei n. 4.980, de 7 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Lar dos Meninos de São Luiz”, desta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972

(a) Erondy Silvério

## JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 4.980, de 7 de dezembro de 1964, cuja publicação anexamos ao presente, através de seu artigo 1.º, declarou de utilidade pública o Asilo São Luiz, desta Capital.

Ocorre, entretanto, que em reunião de Diretoria dessa entidade, realizada a 18 de fevereiro do corrente foi alterada a sua denominação para “Lar dos Meninos de São Luiz”, cancelando-se definitivamente a designação primitiva de Asilo São Luiz, conforme se comprova com a Certidão do Cartório de Títulos e Documentos, 2.º Ofício, desta Capital, que efetuou o registro da ata respectiva.

Assim, a nova redação que pretendemos dar ao dispositivo legal citado visa, não somente, adaptá-lo à nova denominação dessa tradicional entidade, que vem prestando, há muitos anos relevantes serviços no campo de assistência social ao menor em nossa comunidade.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI N. 14-72

AUTOR: Deputado Erondy Silvério

SÚMULA: Da nova redação ao artigo 1.º, da Lei 4.980, de 7-12-64, que declarou de utilidade pública o Asilo São Luiz.

## PARECER

Nenhum óbice legal ou constitucional. Visa o Projeto de Lei a adaptação da Lei específica à alteração da denominação da entidade em foco.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Cândido M. de Oliveira — Muggiati Filho — Emílio Carrazai

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 114-72, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a conceder Título de “Cidadão Benemérito do Paraná”, a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jayme Luiz Coelho, Bispo da cidade de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — Com Substitutivo — **Em Regime de Urgência.** Aprovado.

# PROJETO DE LEI N. 114-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jayme Luiz Coelho, Bispo de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972

aa) Wilson Brandão — Wilson Fortes — João Mansur — Rosário Pitelli — Lázaro Dumont — Ivo Thomazoni — Antonio L. Júnior — Leopoldo Jacomel — Bersari Neto — Antonio Belinati — Luiz Roberto Soares — Aguiaraldo P. Lima — João Fadel — Armando Queiroz — Antonio Maciel — Fuad Nacli — Arthur de Souza — Cândido M. de Oliveira — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Basílio Zanussi — Paulo Poli — Santos Lima — Fabiano Braga Cortes — Marciano Baraniuk — Gilberto Carvalho — Ovidio Franzoni — Xenofonte Villanueva — David Federmann — Gabriel Manoel — Arizone Araújo — Alvaro Dias — Pinto Dias — Nivaldo Krüger — Nelson Buffara — Hélio Manfrinato — Paulo Camargo — Domício Scaramella — Antonio Costa — Francisco Escorsin — Quiêse Crisóstomo da Silva

## JUSTIFICATIVA:

A concessão do título pretendido importa na justa manifestação de gratificação de todos aqueles que sempre reconheceram no nobre e piedoso representante da Igreja Católica Apostólica Romana um peregrino intimo-rato do Bem, do Amor e da Caridade, palmilhando não só o chão generoso de Maringá como o de outros municípios em busca da concretização meritória de atos revestidos do maior sentido social e assistencial, notadamente aqueles que objetivam levar o amparo humano e providencial à velhice marginalizada entregue à própria sorte. Dom Jayme Luiz Coelho é, para honra nossa, um Bispo singular, eis que brevemente impõe sua presença em cometimentos intimamente ligados aos mais caros interesses de nossos irmãos carentes de proteção e compreensão. Fugindo à ação contemplativa, Sua Reverendíssima sabe emprestar a força de seu magnetismo pessoal e o peso de sua personalidade propulsora de vitoriosa auto-determinação, sempre que mister à materialização de propósitos alevantados e confundidos com a Justiça Social.

Ao conceder a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jayme Luiz Coelho, Bispo de Maringá, o título de Cidadão Benemérito do Paraná, a Casa estará cumprindo um grato dever de gratidão, espalhando sua chancela a um reclamo popular, consagrando um lúdimio valor a serviço da religião e da sociedade. Estará recomendando às futuras gerações uma alta e expressiva figura de nossa cultura, tenacidade e devoção construtora. Estará exal-

tando a humildade fascinante de tão correto e prestimoso servo do Senhor. Estará também proclamando, com ufania e justiça, os grandes atributos pessoais do homenageado, em verdade portador de excelsas virtudes religiosas, bastante para fazer de seu aureolado nome uma bandeira convocadora das grandes arrancadas em prol de um futuro mais promissor e feliz para nossas comunidades em desenvolvimento.

Finalmente, a decisão da Casa traduzirá, admiravelmente, o atendimento de um reclamo de nossa gente, a qual concebe chegar ao momento glorioso e exato em que Maringá festeje, com esplendor contagiante, a passagem do Jubileu de Prata de sua fundação. No momento exato em que, cercado pelo carinho e respeito de seus diocesanos, Dom Jayme Luiz Coelho vá passar, com satisfação e orgulho, os 15 anos de instalação de sua Diocese durante os quais soube, com sacrifício e renúncias muitas, ali construir o anúncio de que ela seria, através dos tempos, a sentinela avançada da defesa dos grandes e impercíveis fundamentos da Igreja Católica Apostólica Romana.

Ao juntarmos à presença o “currículum vitae” de Dom Jayme Luiz Coelho, apressamo-nos em recomendar à atenção geral o mesmo, posto que ele comprova o indiscutível mérito do homenageado, retrata seu perfil de lutador valeroso, sua vida útil a Maringá, ao Paraná e ao Brasil.

## DOM JAYME LUIZ COELHO

1.º Bispo da Igreja em Maringá

Filho de João Amélio Coelho (falecido) e de Dona Guilhermina Coelho, 8.º de 14 irmãos (9 homens — 2 falecidos — e cinco mulheres). Nascido em Franca, Estado de São Paulo, a 26 de julho de 1916.

Curso Primário: 1924 a 1928, em Cristais Paulista.

Curso Ginasial: 1929 e 1930, Ginásio Champagnat de Franca; SP. 1931, Colégio São José, de Batatais; SP. 1932 a 1934, Seminário Diocesano de Campinas, SP.

## CURSO SUPERIOR:

FILOSOFIA: 1935 a 1937: Seminário Central da Imaculada Conceição do Ipiranga, em São Paulo.

TEOLOGIA: 1938 a 1941: no mesmo Seminário.

ORDENAÇÃO SACERDOTAL: 07-dezembro-1941 na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto, SP, sendo oficiante Dom Manuel da Silveira D'Elboux, então Bispo Auxiliar de Ribeirão Preto, onde era Bispo Diocesano o Paranaense Dom Alberto José Gonçalves, natural de Palmeira, e quem recebeu Dom Jayme Luiz Coelho no Seminário, encaminhando-o ao Sacerdócio.

CARGOS OCUPADOS: 31-janeiro-1942: Vigário Cooperador da Catedral de Ribeirão Preto.

30-X-42: acumula o cargo de Secretário Geral do Bispo e Chanceler da Cúria Diocesana de Ribeirão Preto; Diretor Diocesano do Ensino Religioso; Diretor da Federação Diocesana das Congregações Marianas da Diocese de Ribeirão Preto.

13-8-1944: Nomeado Cura da Catedral de Ribeirão Preto.

19-3-1945: Nomeado Confessor dos Alunos do Seminário Diocesano de Ribeirão Preto.

Assistente Diocesano de JUC (Juventude de Ação Católica), de JEC (Juventude Estudantil Católica) e de JOC (Juventude Operária Católica).

04-5-1948: Nomeado Cônego Honorário da Catedral de Ribeirão Preto.

1.º-12-1950: Nomeado Auxiliar do Administrador Apostólico no Governo da Diocese de Ribeirão Preto, quando da transferência de Dom Manuel da Silveira D'Elboux para Arcebispo de Curitiba.

25-9-1955: Nomeado Procurador do Seminário Diocesano de Ribeirão Preto.

20-5-1956: Nomeado Monsenhor Camareiro Secreto do Papa Pio XII.

## ELEIÇÃO EPISCOPAL:

03-XII-1956: 1.º Sacerdote da Diocese de Ribeirão Preto, que foi criada em 1908, elevado ao Episcopado. Foi eleito pelo Papa Pio XII como 1.º Bispo de Maringá, Diocese criada por Pio XII pela Bula “Latissimas Partire Ecclesias”, de 1.º de fevereiro de 1956, desmembrada da Diocese de Jacareizinho.

## ORDENAÇÃO EPISCOPAL:

20-1-1957: Ordenação Episcopal na Catedral de Ribeirão Preto, onde era o Cura, sendo Bispo ordenante principal o então Nuncio Apostólico no Brasil, Dom Armando Lombardi (Fal.), Dom Manuel da Silveira D'Elboux, então Arcebispo de Curitiba, e Dom Luiz do Amaral Mousinho, então Bispo de Ribeirão Preto, já falecidos.

## POSSE DA DIOCESE:

24-3-1957: Instalação Canônica da Diocese de Maringá e Posse de seu 1.º Bispo, presente o Rev. Monsenhor Mário Pio Gásperi, Auditor da Nunciatura Apostólica, que presidiu à cerimônia juridicamente, representando o Sr. Nuncio Apostólico; presentes ainda Dom Manuel da Silveira D'Elboux, Arcebispo de Curitiba; Dom Geraldo de Proença Sigaud, então Bispo de Jacareizinho e hoje Arcebispo de Diamantina, MG; e outros Bispos do Paraná e de São Paulo.

## GOVERNADOR DIOCESANO:

De 1967 a 1972: Encontrou 16 Paróquias em 24 Municípios, numa extensão territorial de 14.902,67 kms/2 e 450.000 habitantes, e criou mais 29 paróquias, tendo os municípios se desdobrado em 41 na mesma área territorial, abrangendo uma população de 1.300.000 habitantes. Diante desse enorme crescimento, promoveu a Divisão da Diocese de Maringá, instalando-se a 07 de julho de 1968, a nova Diocese de Paranavai, cujo 1.º Bispo Titular é Dom Benjamin de Souza Gomes. A Diocese de Maringá conta atualmente com a área de 6.203,07 kms2 508.750 habitantes, 26 Municípios, 30 Paróquias, 43 Sacerdotes, 142 Religiosas e 11 Religiosos são Sacerdotes, e nove Seminaristas cursando Filosofia e Teologia.

## OBRAS EDUCACIONAIS:

Encontrou seis (6) Colégios Religiosos de Irmãs, na Diocese de Maringá, e fundou mais vinte (20), sendo quatro em Maringá e 16 em outros municípios da Diocese. Entregando o então Ginásio Diocesano aos Irmãos Maristas.

Construiu o Seminário Diocesano para a formação do Clero, inaugurando-o em 1962; mantém em Curitiba uma Comunidade chamada “EMAUS”, onde jovens se preparam para o Sacerdócio fazendo o seu Curso Superior de Filosofia e Teologia.

Em 1959 colaborou para a instalação da 1a. Faculdade Estadual de Ensino Superior em Maringá, a de Ciências Econômicas, da qual foi o 1.º Diretor e Professor da Cadeira de Ética e Sociologia, abrindo assim as portas à então futura Universidade de Maringá.

## OBRAS ASSISTENCIAIS:

Encontrou na Diocese a Santa Casa de Misericórdia, ampliando-a, tornando-se, hoje, no Hospital Maria Auxiliadora de Maringá.

Fundou as seguintes Obras Assistenciais.



## MARINGÁ:

Sociedade de São Vicente de Paulo.  
Albergue Santa Luiza de Marillac.  
Obra do Berço de Maringá.  
ADAR — Associação Diocesana de Assistência Rural.  
Núcleo Social "Papa JOÃO XXIII" (Casas p/favelados).  
Creche Menino Jesus.  
Cáritas Diocesana.  
Grupo "Lebret".

Colaboração da Diocese e de Religiosas na Direção do Lar Escola de Criança e do Lar dos Velhinhos em Floresta: Obra Social Nossa Senhora do Rosário — Vila "Papa XXIII".

Asilos Vicentinos para Velhos nas seguintes paróquias: Cruzeiro do Sul, Mandaguacu, Mandaguari, Marialva e Nova Esperança; e Obras Assistenciais Promocionais ligadas à Cáritas Diocesana, nas seis Paróquias da cidade de Maringá. O Albergue hospedou, em 1971, 26.000 pessoas: pouso, refeição, remédio e ajuda p/empregos.

## OBRAS SOCIAIS:

Em 1958 tomou parte ativa na chamada "Marcha da Produção", colocando-se ao lado dos cafeicultores, que desejavam alcançar do Governo Federal melhores preços e melhor assistência para a lavoura cafeeira.

Em 1961, a 13 de agosto, juntamente com os Bispos de Londrina, Campo Mourão e Jacarezinho, fundou a FAP — Frente Agrária Paranaense — para combater à infiltração comunista no meio rural e repúdio à presença do Então Deputado Francisco Julião, em Maringá, que procurava lançar a subversão no meio rural. A FAP é pioneira na fundação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Paraná, e é responsável pela fundação de 46 Sindicatos Rurais, dos 146 que existem, atualmente, em todo o Estado.

Para realizar o programa da Frente Agrária Paranaense, em 1964 fundou a Cooperativa Agrícola de Maringá para pequenos Proprietários Rurais, abrangendo 37 municípios; fundou a ADAR — Associação Diocesana de Assistência Rural — obra promocional de cursos de formação sindical, técnica, artes culinárias, corte e costura, alfabetização de adultos, higiene e puericultura, etc.

## Imprensa: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ:

A 27 de setembro de 1962 fez circular o 1.º número do jornal diário "Folha do Norte do Paraná", propriedade da Editora Folha do Norte do Paraná S.A., sendo o fundador e ainda atual Diretor-Presidente da Sociedade. Mantém programa diário de 15 minutos na Rádio Cultura de Maringá, intitulado "Por Um Mundo Melhor".

## TV CULTURA DE MARINGÁ:

No sentido de engrandecer Maringá e a região, é o Diretor Presidente da Sociedade de Maringáenses que formam a Sociedade TV Cultura de Maringá, cujo Processo de concorrência está no Ministério de Comunicações, visando trazer para Maringá um canal de Televisão.

## CLUB DA JUVENTUDE:

Fundou o Club da Juventude — club social — para famílias da classe média e de menos posse, proporcionando-lhes local de lazer e divertimento sadio.

## OUTRAS ATIVIDADES:

Sempre esteve presente, em toda a Diocese, aos movimentos de crescimento cultural e social do povo, incentivando, por ocasião das visitas pastorais, o bem estar de todos e a paz junto aos cidadãos.

## VIAGENS AO EXTERIOR:

Visitou a Europa já por nove vezes; uma vez a Terra Santa (Israel e Jordânia); visitou cinco Países da Europa Oriental; foi o 1.º Bispo da América do Sul a visitar o Japão, e esteve nos Estados Unidos da América do Norte, por uma vez; visitou a Argentina e Paraguai.

Em todas essas viagens procurou alcançar benefícios para a Diocese de Maringá, na busca de Sacerdotes, Religiosos, e ainda ajuda financeira para as obras educacionais e assistenciais.

Conheceu quase todas as capitais dos Estados do Brasil.

## "GEMELLAGIO":

Conseguiu a realização do "Gemellagio" — Cidades Irmãs — entre a cidade italiana de Brescia e Maringá, resultando daí benefícios religiosos culturais e sociais para a Diocese de Maringá. A cerimônia realizou-se na "Loggia" (Paço Municipal) de Brescia a 11 de janeiro de 1970; em abril do mesmo ano o Prefeito de Brescia, Prof. Bruno Boni, esteve em Maringá retribuindo a visita, para conhecer a Cidade Irmã de Brescia.

CATEDRAL DE MARINGÁ: — Em abril de 1958 apresentou a Maringá o projeto de sua futura CATEDRAL, obra do Arquiteto José Augusto Bellucci, de São Paulo; a 15 de agosto do mesmo ano, lançou a Pedra Fundamental da majestosa e monumental Catedral de Maringá, Pedra essa enviada de Roma — um pedaço de mármore tirado das escavações da Basílica de São Pedro, em Roma, junto ao Túmulo do Príncipe dos Apóstolos, São Pedro, e benta pelo Papa Pio XII; em julho de 1959 foram iniciadas as obras da construção, chegando-se, a 10 de maio do corrente ano de 1972, ao término feliz da construção da estrutura em concreto, quando Maringá completava o seu JUBILEU DE PRATA, e a Diocese de Maringá os seus Quinze Anos de Instalação Canônica e Posse do seu 1.º Bispo. Ocupando a Catedral de Maringá o 10.º lugar entre os Monumentos mais altos do mundo, projeta, assim, a nossa cidade e o nosso Estado do Paraná.

Características da CATEDRAL DE MARINGÁ: cfr. Revista Comemorativa — "Os quinze anos da diocese de Maringá" à página 16.

Cúria Diocesana de Maringá, 26 de junho de 1972.

## Comissão de Constituição e Justiça

## PROJETO DE LEI N. 114-72

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá.

## PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Wilson Brandão, pretende autorizar o Poder Executivo a conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá.

Conforme a brilhante justificativa do eminente autor da Proposição, a concessão do título pretendido importa na justa manifestação de gratidão de todos aqueles que reconhecem no nobre representante da Igreja Católica Apostólica Romana, um peregrino intímato do Bem, do Amor e da Caridade.

Exalta ainda o Deputado Wilson Brandão, que a concessão do referido

título a Dom Jaime Luiz Coelho, coincidirá no momento glorioso e exato em que Maringá festeja, com esplendor contagiante, a passagem do Jubileu de Prata de sua fundação e com os quinze anos de instalação de sua Diocese soube o homenageado, com sacrifícios e renúncias, construir o que seria através dos tempos, a sentinela avançada da defesa dos grandes e gloriosos fundamentos da Igreja Católica Apostólica Romana.

Junto ao Projeto o autor anexa o "currículum vitae" de Dom Jaime Luiz Coelho, comprovando o indiscutível mérito do homenageado, retratando a imensa obra educacional, assistencial e social realizada pelo Bispo de Maringá.

Justo, oportuno e constitucional.

Pela APROVAÇÃO do Projeto, na forma do substitutivo.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Emilio Carazzai

Borsari Netto

Cândido M. de Oliveira

Paulo Camargo — com restrições

Erondy Silvério

## SUBSTITUTIVO AO

## PROJETO DE LEI N. 114-72

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná a sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Presidente

Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 15-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Bogdano Nestor Kobilanski. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Herley Mehl, pela sua nomeação e posse na Direção do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de determinar policiamento preventivo para o Grupo Escolar Salesiano São Cristóvão, situado no bairro de Vila Guaiara. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã dia 30, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

Pedação Final — do Projeto de Resolução n. 22-72 e dos Projetos de Lei n.s 266-71, 290-71 e 59-72.

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.s 268-71, 292-71, 71-72, 73-72 e 113-72.

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.s 14-72 e 114-72.

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.s 15-72 e 26-72.

Levanta-se a Sessão.

## PORTARIAS:

## PORTARIA N. 239-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 6.298, de 15 de agosto de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

designar José Maria Zanardini de Camargo, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar assessoramento no Gabinete da "Arena", junto ao Gabinete do Deputado Paulo Camargo, pelo prazo de cento e vinte (120) dias, a partir de 15 de agosto de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de agosto de 1972.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA N. 244-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 6.369, de 17 de agosto de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a Cenira dos Santos Freitas, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972 a partir de 21 de agosto de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de agosto de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA N. 245-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

determinar o seguinte horário de Serviço, nos termos do disposto pelo Art. 3.º, do Decreto Legislativo n. 362-72, de 23 de agosto de 1.972:

8,00 hs. às 12,00 hs.

13,30 hs. às 18,00 hs.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de agosto de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA N. 246-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 6.625, de 25 de agosto de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a Adilson Vicentini, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1.970, a partir de 1.º de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral



## ATAS DAS COMISSOES:

Comissão de Constituição e Justiça  
7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz, e presentes os Senhores Deputados Emilio Carazzai, Paulo Camargo, Borsari Netto Candido M. de Oliveira, Ovidio Franzoni, Igo Losso e Erondy Silvério. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETOS DE LEI N. 87-72 e 90-72: de autoria dos Senhores Deputados João Fadel e Francisco Escorsin, respectivamente. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Alfredo Buzaid, DD. Ministro do Estado dos Negócios da Justiça. Relator Deputado Candido Manoel Martins de Oliveira. Requer que os mesmos sejam submetidos à apreciação do Plenário a fim de que se decida da anexação ou não, de um Projeto ao outro. Deferido. 2) — PROJETO DE LEI N. 94-72, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Declara de utilidade pública a Tenda Espirita Yoriel, com sede nesta capital. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 101-72: de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Institui o símbolo Paranaense de qualidade turística, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 106-72, de autoria do Senhor Deputado João Fadel. Autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 2.843,94 os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, professor do Ensino Primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 114-72, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo conceder título de Cidadão Benemérito do Paraná, a sua Excelência Revendíssima Dom Jaime Coelho, Bispo da cidade de Maringá. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 116-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 30-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, e com as confrontações que especifica. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 117-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 31-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, sito à Avenida 7 de Setembro nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 119-72, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Concede título de cidadão honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Coronel Rodolpho Gustavo da Paixão Netto, Chefe do Estado Maior da 5.ª Região Militar. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 120-72 de autoria do Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio da Polícia Militar do Estado. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade. Deferido. 10) — PROJETO DE LEI N. 126-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 34-72, encaminhando anteprojeto que visa alienar imóvel de propriedade do Estado, constituído da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina para a rua Mal. Deodoro. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. 127-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 38-72, encaminhando anteprojeto de lei que eleva vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão e as Funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. O senhor Deputado Erondy Silvério requer vista do mesmo. Deferido. 12) — PROJETO DE LEI N. 292-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 49-71, encaminhando anteprojeto de lei que institui a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. Relator

Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável ao Projeto de Lei e às emendas apresentadas em Plenário. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N. 17-67, de autoria do Sr. Dep. Renato Bueno. Declara de utilidade pública o Clube de Engenharia e Arquitetura da cidade de Londrina. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer que seja convertido novamente em diligência junto à Entidade. Deferido. 14) — PROJETO DE LEI N. 280-66, de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas. Autoriza o P.E. transferir ao DER, a estrada que liga Dr. Camargo a Ivatuba. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer seja reiterado diligência junto ao DER. Deferido. 15) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 19-72, de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruct. Autoriza a Comissão Executiva da Secretaria da Assembléia Legislativa, instituir medalhas alusivas, como prêmio, pela participação de estudantes paranaenses no Projeto Rondon, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 16) — PROPOSIÇÃO N. 147-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 35-72, encaminhando cópia do convenio celebrado entre a Secretaria da Agricultura, e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, para instalação de posto rural de revenda de produtos agropecuários à agricultores e criadores do Município. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram aprovados, apresentados e votados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES Nos 129-72, 130-72, 139-72, 140-72, 141-72, 144-72, 145-72, todos concluindo que os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O Senhor Deputado Paulo Camargo, Relator do Projeto de Lei n.º 82-72, relatado em reunião anterior, solicita a palavra para encaminhar a apreciação dos Membros desta Comissão, ofício dirigido ao Sr. Presidente desta Casa, devolvendo Emenda protocolado sob n. 5.923, ao Projeto de Lei acima referido. A devolução decorre da intempestividade tanto do recebimento pela Mesa quanto do seu ingresso na Comissão de Constituição e Justiça, onde ao chegar a matéria encontrava-se irreversivelmente apreciada pelo Relator. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, desta Comissão.

aa) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

Comissão Especial para Estudo da Nova Lei Orgânica dos Municípios  
7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e dois às dezesseis horas, após o termino da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões desta Assembléia, presentes os Senhores Deputado Armando Queiroz, Muggiati Filho, Borsari Netto, Basílio Zanusso e Luiz Roberto Soares, com a finalidade de instalar a Comissão Especial para Estudo da Nova Lei Orgânica dos Municípios. De acordo com o parágrafo único do artigo 40, do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Deputado Armando Queiroz, declarando instalada a Comissão Especial. O Senhor Deputado Borsari Netto pede a palavra para indicar os nomes dos Senhores Deputados Armando Queiroz e Muggiati Filho, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desta Comissão. A indicação é aceita por unanimidade. O Senhor Deputado Armando Queiroz em poucas palavras tece considerações sobre a eleição de sua pessoa, propondo-se dar à Comissão todo esforço e trabalho e dar a seus Membros condições para exercer suas atividades. O Senhor Deputado Muggiati Filho solicita a palavra para agradecer o cargo para o qual foi eleito por unanimidade, colocando-se à disposição de todos os Membros da Comissão. O Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, designa para relator da matéria, Projeto de Lei n.º 100-72, o Senhor Deputado Borsari Netto. Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, por mim Secretária desta Comissão, bem como pelos demais Membros presentes.

aa) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente

(Assinatura Ilegível)  
Secretária